

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS DOM PEDRITO**

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO DA
REFORMA AGRÁRIA CONQUISTA DO CAIBOATÉ**

VANDERLEI VIEIRA FARIAS JUNIOR

Dom Pedrito – RS

2016

VANDERLEI VIEIRA FARIAS JUNIOR

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO DA
REFORMA AGRÁRIA CONQUISTA DO CAIBOATÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios da Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito, como requisito final para obtenção do Grau de Tecnólogo em Agronegócio.

Orientador: Rodrigo da Silva Lisboa

Dom Pedrito – RS

2016

J95p Junior, Vanderlei Vieira Farias
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO DA
REFORMA AGRÁRIA CONQUISTA DO CAIBOATÉ / Vanderlei Vieira
Farias Junior.

95 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, AGRONEGÓCIO, 2016.

"Orientação: rodrigo da silva lisboa".

1. assistencia tecnica. 2. programas sociais. 3. politicas
públicas. 4. assentamento. I. Título.

VANDERLEI VIEIRA FARIAS JUNIOR

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO DA
REFORMA AGRÁRIA CONQUISTA DO CAIBOATÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agronegócios.

Defendido e aprovado em: 27 de Junho de 2016.
Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Lisboa
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Vinicius Piccin Dalbianco
UNIPAMPA

Prof. Dr. Claudio Marques Ribeiro
UNIPAMPA

Continue tentando.
Continue confiando.
Continue acreditando.
Continue crescendo.

Jeffrey R. Holland

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu pai celestial que em inúmeras vezes iluminou minha mente em dificuldades que tinha, e conduziu meus passos até o presente momento.

Sou grato também ao meu senhor Jesus cristo pelo zelo que tem por mim e minha família.

Um agradecimento especial a minha esposa Cintia, que sempre me apoiou em todos os momentos de dificuldades e me auxiliou em todas as oportunidades com uma determinação inabalável.

A minha pequena filha Natalia, por sempre me lembrar o motivo de meu empenho.

A minha mãe Jane, pelo empenho e auxílio dado no momento mais crítico de minha jornada no meridiano do tempo que passei pela academia.

Ao meu avô Negro Farias (*in memorian*).

A minha avó Flor delis (*in memoriam*).

A todos os professores que ao longo dos sete semestres do curso, mostraram-se grandes companheiros e com um firme propósito de formar todos os componentes da turma.

Aos colegas de curso e disciplinas que me acompanharam durante a formação e que compartilharam seus conhecimentos, dificuldades e principalmente suas vitórias e conquistas.

Aos amigos da COPTEC, pelo auxílio prestado na condução desse trabalho.

Ao meu orientador Rodrigo Lisboa, pelo incentivo e suporte dado para conclusão da pesquisa.

E aos demais amigos, colegas e familiares pelo apoio e incentivo dado a mim e a minha família.

RESUMO

O objetivo do trabalho foi realizar um estudo de caso no assentamento Conquista do Caiboaté, identificando a dinâmica de funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos e seu papel como ferramenta de inclusão social no auxílio a viabilização do Assentamento da Reforma Agrária Conquista do Caiboaté, buscou-se e identificar as organizações envolvidas e compreender sua participação. No desenvolvimento do trabalho foram identificados os produtores do assentamento Conquista do Caiboaté envolvidos no Programa de Aquisição de Alimentos, o que eles produzem e qual os canais de comercialização desses produtos, analisar a importância desse programa para as famílias assentadas e entender os novos direcionamentos do programa. A pesquisa configurou-se enquanto estudo de caso, com abordagem exploratória e descritiva. Os dados foram coletados através de visita ao local e entrevistas com os técnicos da Coptec e assentados participantes do PAA. Como resultado, identificou-se o atual cenário vivenciado pelos assentados participantes do programa. Foi identificado o legado do programa, seus benefícios e dificuldades durante o período de funcionamento. Identificaram-se os distintos atores que atuaram no programa e os resultados obtidos pelo PAA no assentamento em estudo.

Palavras-chaves: Assistência técnica; Programas Sociais; política pública; assentamento.

ABSTRAC

The aim of the study was a case study in Caiboaté Conquest settlement, identifying the dynamics of operation of the Food Acquisition Program and its role as a social inclusion tool in aid the viability of the settlement of Agrarian Reform Caiboaté Conquest, attempted if and identify the organizations involved and understand their participation. In developing the work the producers of Caiboaté Conquest settlement involved were identified in the Food Acquisition Program, what they produce and what marketing channels of these products, analyze the importance of this program for resettled families and understand the new directions of the program. The research was configured as a case study with exploratory and descriptive approach. Data were collected through site visit and interviews with technicians and Coptec participants PAA settlers. As a result, it identified the current situation experienced by participants setting program. the legacy of the program, its benefits and difficulties during the operating period was identified. They identified the different actors who acted in the program and the results of the PAA in the settlement under study.

Keywords: technical assistance; Social programs; public policy; settlement

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Mapa da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul.....	18
Figura 2 - Estrutura fundiária no RS em 2006 (%).....	21
Figura 3 - Número de famílias assentadas.....	21
Figura 4 - Recursos aplicados na execução do PAA, por modalidade e por estado — 2003 a 2010.....	27
Figura 5 – Organograma – Dinâmica de funcionamento do PAA em São Gabriel.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – modalidade de execução do PAA.....	23
Quadro 2 – Matriz produtiva dos assentados participantes do PAA no assentamento Conquista do Caiboaté.....	42
Quadro 3 – Alimentos comercializados para o PAA.....	43
Quadro 4 – Canais de comercialização dos produtos excedentes.....	44

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Campanha Gaúcha: número de assentamentos, capacidade de ocupação, famílias e área ocupada em hectares.....	20
Tabela 2 - Total de recursos aplicados no PAA, número de agricultores familiares participantes, pessoas atendidas e quantidade de alimentos adquiridos. PAA-Brasil-2003-2010.....	25
Tabela 3 - Número de agricultores familiares fornecedores, número de entidades beneficiárias, pessoas atendidas, recursos aplicados e quantidades adquiridas, por executor do PAA. Brasil — 2011.....	26
Tabela 4 - Aquisições do PAA executadas pela Conab, por modalidades, Brasil — 2011.....	26
Tabela 5 - Recursos aplicados pela Conab na aquisição de produtos da agricultura familiar. Brasil e Rio Grande do Sul — 2003 2011.....	28
Tabela 6 - Corpo Técnico da Coptec Núcleo São Gabriel.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
2.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2.4 METODOLOGIA.....	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1 ESTRUTURAS FUNDIÁRIAS E REFORMA AGRÁRIA.....	17
3.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 ORGANIZAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO	29
4.1.2 Assentamento Conquista do Caiboaté.....	29
4.1.3 Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)	31
4.1.4 Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.....	32
4.1.5 Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP)	34
4.2 A DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO PAA EM SÃO GABRIEL	36
4.3 DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA COPTec E SUA VISÃO DO PAA.....	39
4.4 A ÓTICA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS SOBRE O PAA	42
4.5 QUAL O FUTURO DO PAA?.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APENDICES	53

INTRODUÇÃO

A questão agrária e as políticas relacionadas a ela vêm sendo estudadas há bastante tempo e ainda está aberta para debates em suas várias dimensões. Igualmente, percebe-se um esforço das instituições públicas no sentido da melhoria das condições dessa parcela da população que compõem a agricultura familiar, através de políticas públicas de desenvolvimento voltado para o fortalecimento das e famílias assentadas.

Dentro desse contexto os assentados da reforma agrária apresentam demandas e problemas iguais, ou por vezes mais complexos, que outros tipos de agricultores familiares tendo em vista que essas pessoas são basicamente pessoas que não encontraram espaços na sociedade, que encontram na reforma agrária uma nova oportunidade de viver com suas famílias.

Com pouca ou nenhuma instrução muitas vezes os assentados da reforma agrária são pessoas que vieram do meio urbano e inseriram-se no rural com pouco conhecimento das técnicas de trabalho da terra. Ressalta-se assim a importância da atuação da assistência técnica e extensão rural e dos programas do governo de incentivo à produção e fomento para essas famílias. Políticas como ATES, PAA, PNAE, PRONAF, entre outros, que não somente viabilizam essas famílias, mas também são instrumentos que fomentam a produção e consumo de alimentos.

O presente trabalho tem como enfoque descrever o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tomando como base o assentamento Conquista do Caiboaté, localizado a 12 km do município de São Gabriel/RS.

A partir do trabalho realizado busca-se identificar órgãos envolvidos no PAA e sua idealização do projeto para viabilizar o programa.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Entender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento da reforma agrária conquista do Caiboaté em São Gabriel/RS.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os produtores envolvidos no programa de aquisição de alimentos do assentamento Conquista do Caiboaté e quais os produtos comercializados.
- Analisar a importância do programa de aquisição de alimentos (PAA) para as famílias do assentamento.
- Identificar as organizações envolvidas e seus papéis na idealização e condução do PAA.
- Descrever os canais de comercialização dos produtos produzidos pelos assentados.

2.3 Justificativa

Esse trabalho justifica-se pela falta de conhecimento que existe sobre o assunto proposto. Busca-se então preencher essa lacuna existente no conhecimento do funcionamento de programas públicos de apoio à agricultura familiar, bem como uma demanda social existente entre esses programas de apoio e sua aplicabilidade na prática. Por esse motivo busca-se preencher esse vazio de conhecimento, com o presente trabalho.

Existe também a necessidade de profissionais da área do agronegócio compreender as diferentes políticas e programas públicos que auxiliam e viabilizam a sobrevivência de distintos atores existentes no meio rural, bem como entender suas interações, suas potencialidades e suas dificuldades, nesse caso específico possibilitando a compreensão do PAA em um assentamento da reforma agrária.

Justifica-se pela importância para o tecnólogo do agronegócio compreender o papel social da terra que está condicionada ao bem estar social e a justa distribuição com igual oportunidade para todos.

Justifica-se também pela importância que tem para o tecnólogo do agronegócio compreender as políticas públicas voltadas para os agricultores camponeses, como o programa de aquisição de alimentos (PAA), sua importância para as famílias, Tudo isso vindo a contribuir para a formação acadêmica e indo ao encontro com a realidade de uma grande parte da população, que é uma demanda social existente, que pode vir a ser uma oportunidade que o mercado oferece para os formandos do curso de tecnologia em agronegócio.

2.4 Metodologia

Com o propósito de atingir os objetivos do trabalho, propôs-se realizar um estudo de caso por se tratar de uma questão de grande importância por envolver um grande número de famílias.

Segundo Yin (2005), estudo de caso trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos. Já de acordo com Gil (1991), caracteriza-se pelo estudo exaustivo e intenso de poucos objetos, de forma a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo.

Segundo Gil (1991) e Yin (2005), justificam-se a aplicação desta técnica, já que foi tratado de uma pesquisa ampla e investigativa de todos os fenômenos dentro de seus contextos.

A pesquisa foi desenvolvida para compreender o Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento conquista do Caiboaté no município de São Gabriel-RS.

Para coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que segundo Marconi e Lakatos (2011), têm como objetivo obter informações sobre o tema em estudo.

Contextualizando as teorias dos autores, de maneira que sua aplicabilidade no trabalho se justifica por meio de sua utilização nos levantamentos dos dados.

A pesquisa tem base exploratória mista (qualitativa e quantitativa) descrita por dados primários, onde se busca compreender os fatos através de análise e interpretação dos dados coletados e observados, o que segundo Vergara (2000), tem por objetivo descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

A pesquisa teve duas etapas. A primeira etapa foi identificar as organizações envolvidas, através de informantes-chaves que auxiliaram na compreensão da dinâmica de funcionamento do PAA, através de conversas informais e entrevistas direcionadas para a temática em questão.

A segunda etapa foi direcionada para compreender a atuação e o papel das organizações envolvidas na idealização e execução do Programa de Aquisição de Alimentos.

As entrevistas foram realizadas com os prestadores da cooperativa de prestação de serviços técnicos (Coptec), com o coordenador regional da cooperativa dos produtores assentados da região de Porto Alegre (Cootap) e também com os assentados que produziram e comercializaram produtos para o programa de aquisição de alimentos (PAA).

Os procedimentos metodológicos utilizados na realização deste estudo foram estruturados em uma série de etapas distintas, porém segmentados por ordem que se obedeça a todos os critérios estabelecidos pela pesquisa de campo (Marconi e Lakatos, 2010).

Inicialmente as entrevistas foram realizadas com os técnicos da Coptec e com o coordenador da cooperativa Cootap, para identificar quantos produtores estiveram envolvidos com o PAA e quem seriam eles, para posteriormente dar-se continuidade nas pesquisas. Partindo desse princípio, buscou-se compreender de que forma atuaram os agentes envolvidos com o programa e sua articulação na idealização dos projetos a serem implantados, bem como a importância do programa de aquisição de alimentos para as famílias assentadas que são beneficiadas pelo programa e a mobilização dos assentados comprometidos com o projeto.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Estruturas fundiárias e reforma agrária

A história do Brasil é marcada por disputas e por desigualdades na distribuição das riquezas e dos meios de produção. Fato esse que pode ser visto a partir da estrutura fundiária criada pela corte portuguesa, onde em 1530 concedeu a Martin Afonso de Sousa autoridade para conceder as primeiras sesmarias e distribuir essas terras para quem o mesmo entendesse (REIS 2008).

Segundo Medeiros (2013), por três séculos as terras do Brasil foram distribuídas em formas de sesmarias. Paralelo a isso, havia também a ocupação das terras por parte das populações mais humildes que vinham de Portugal e de outros imigrantes vindos da Europa em busca de oportunidades e melhorias de condições de vida, fugindo da pobreza de seus países dando origem ao campesinato tradicional.

No Rio Grande do Sul não foi diferente esta dinâmica, ainda mais em regiões próximas as fronteiras, visto que essas áreas eram regiões de conflito e para a permanência de pessoas que estivessem dispostas a permanecer nessas regiões os governos da época concediam grandes extensões de terra com intuito que essas pessoas permanecessem e defendessem essas áreas (DOS SANTOS E DAVID, 2011).

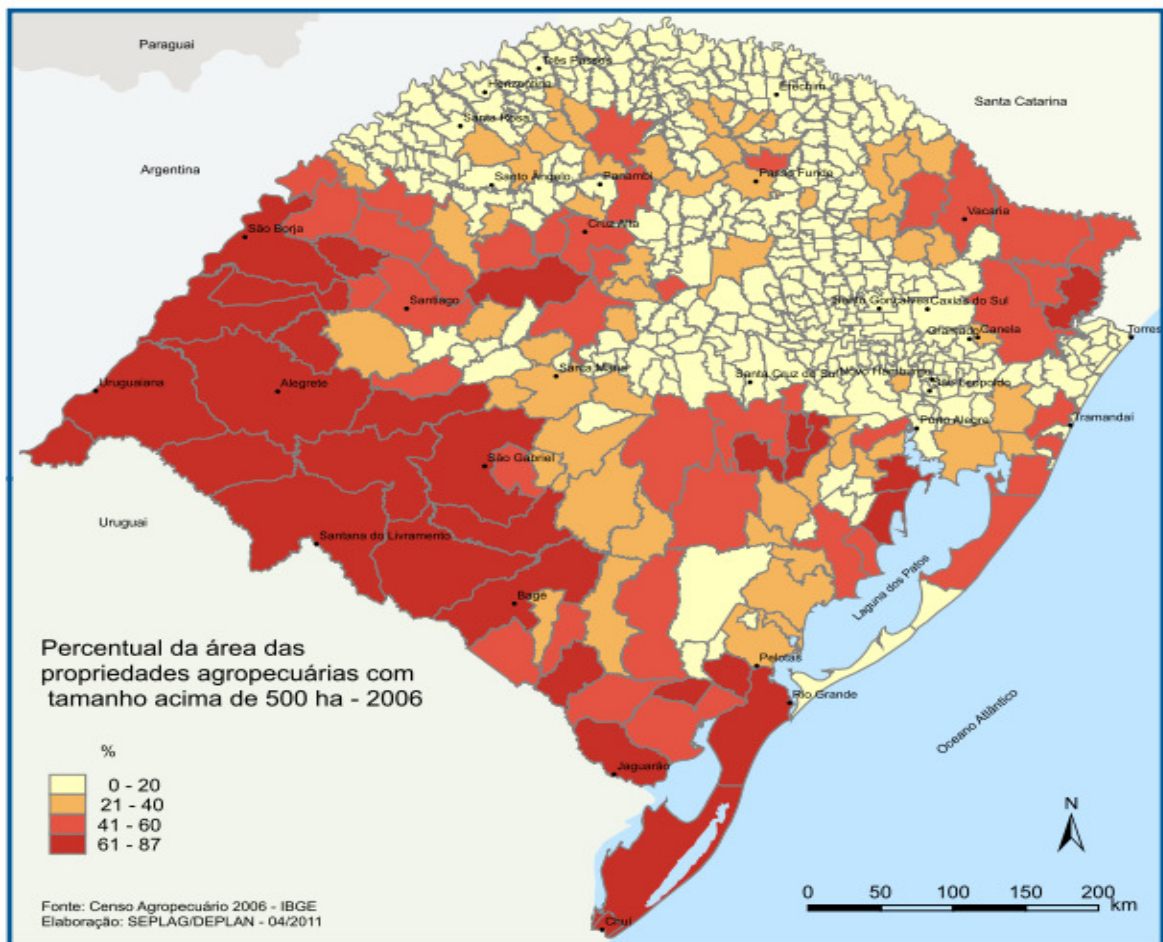
Diversos eventos e conflitos marcaram a discussão sobre a terra no Brasil, após a escravidão, após a segunda guerra e em 1970 o governo militar assumiu uma postura de modernização dando destaque aos chamados pacotes tecnológico, o que intensificou os conflitos fundiários (Medeiros, 2013).

No final da década de 70 teve início o movimento *Sem Terra* que utilizou como forma de atuação as ocupações de terra, tendo como base principalmente os trabalhadores afetados pela modernização da agricultura e como argumento o alto valor do preço da terra, que impossibilitava que os agricultores mais empobrecidos permanecessem no meio rural (MEDEIROS, 2013).

As mobilizações começaram nos estados do sul do país, segundo MEDEIROS (2013) não foi por acaso, pois foi onde a modernização da agricultura foi mais intensa, Os colonos e caboclos que não conseguiram acompanhar as novas formas de organizar a produção acabaram por ser excluídos do campo.

Mesmo já tendo passado alguns séculos desde as grandes colonizações do estado do Rio Grande do Sul, até hoje isto se reflete na estrutura fundiária existente nas diferentes regiões. Essa estrutura fundiária pode ser vista no mapa desenvolvido pelo censo agropecuário de 2006.

Figura 1 - Mapa estrutura fundiária no Rio Grande do Sul.



Fonte: Atlas socioeconômico. RS 2010

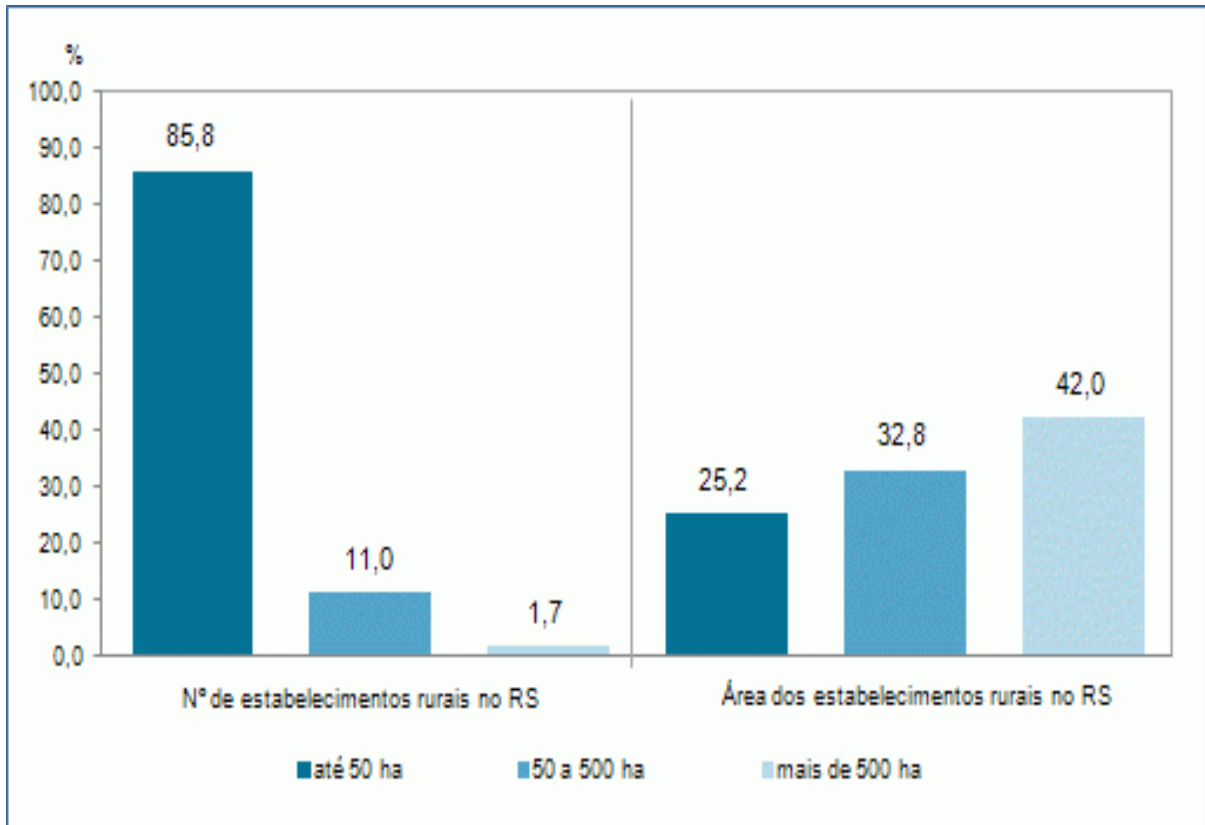
Segundo o mapa do IBGE, a estrutura fundiária do estado pode ser identificada pela região que está estabelecida, alternando entre grandes e médias propriedades e entre médias e pequenas propriedades.

Na questão do número de estabelecimentos existentes no estado verificou-se que 85,8% dos estabelecimentos possuem menos de 50ha que em termos de área ocupada chegam apenas 24,4%.

Propriedades que correspondem de 50 ha a 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos no estado e ocupam 32,8% da totalidade da área

rural. Propriedades com mais de 500 ha, representam 1,83% dos estabelecimentos de agropecuária e ocupam uma área de 41,9% do total do estado.

Figura 2 - Estrutura fundiária no RS em 2006.



Fonte: Atlas socioeconômico. RS 2010

Segundo DOS SANTOS et al (2010), a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul vem sofrendo mudanças em sua estrutura contextual, surgido a partir de processos de reforma agrária que tem incorporado um grande número de famílias no meio rural. Essa incorporação no Rio Grande do Sul está representada nas regiões da Campanha, Missões, Fronteira Oeste e Serra do Sudeste. Fato esse que vem transformando essas regiões em que sua essência está concentração de terra e renda.

Na questão da reforma agrária podemos identificar o avanço dessa política em relação à estrutura fundiária existente e de acordo com os dados do INCRA.

Na tabela 1 podemos visualizar a distribuição dos assentamentos, número de famílias assentadas, número de assentamentos por município e área ocupada em hectares na campanha Gaúcha.

TABELA 1 - Tabela. Campanha Gaúcha: número de assentamentos, capacidade de ocupação, famílias e área ocupada em hectares.

Microrregiões Geográficas	N° de Assentamentos	Capacidade de Ocupação	N° de Famílias Assentadas	Área Ocupada (ha)
Campanha Ocidental	13	528	495	12688
Alegrete	3	122	114	2750
Barra do Quaraí	0	0	0	0
Garruchos	1	44	41	722
Itaqui	0	0	0	0
Maçambará	0	0	0	0
Manoel Viana	2	236	223	6513
Quaraí	0	0	0	0
São Borja	5	93	87	2087
São Francisco de Assis	1	26	23	535
Uruguiana	1	7	7	82
Campanha Central	41	1803	1669	43907
Rosário do Sul	1	48	37	980
Santana do Livramento	30	1000	912	26258
Santa Margarida do Sul	2	120	122	2571
São Gabriel	8	635	598	14098
Campanha Meridional	35	1233	1092	28530
Aceguá	6	204	174	5028
Bagé	2	20	21	40
Dom Pedrito	3	102	94	1760
Hulha Negra	24	907	803	21702
Lavras do Sul	0	0	0	0
Total mesorregião	89	3564	3256	85125

Fonte: Chelotti (2005).

Podemos analisar que o município com maior representatividade em termos de N° de assentamentos é Santana do Livramento, que está localizado na região da campanha central. Esse município também tem o maior número de famílias assentadas e é o que tem a maior área ocupada.

Quando separadas por microrregiões geográficas, percebemos que a que tem a maior representação em número de assentamentos é a região da campanha central. Também vemos que é a região com maior número de famílias e a maior área em hectares ocupada pela reforma agrária.

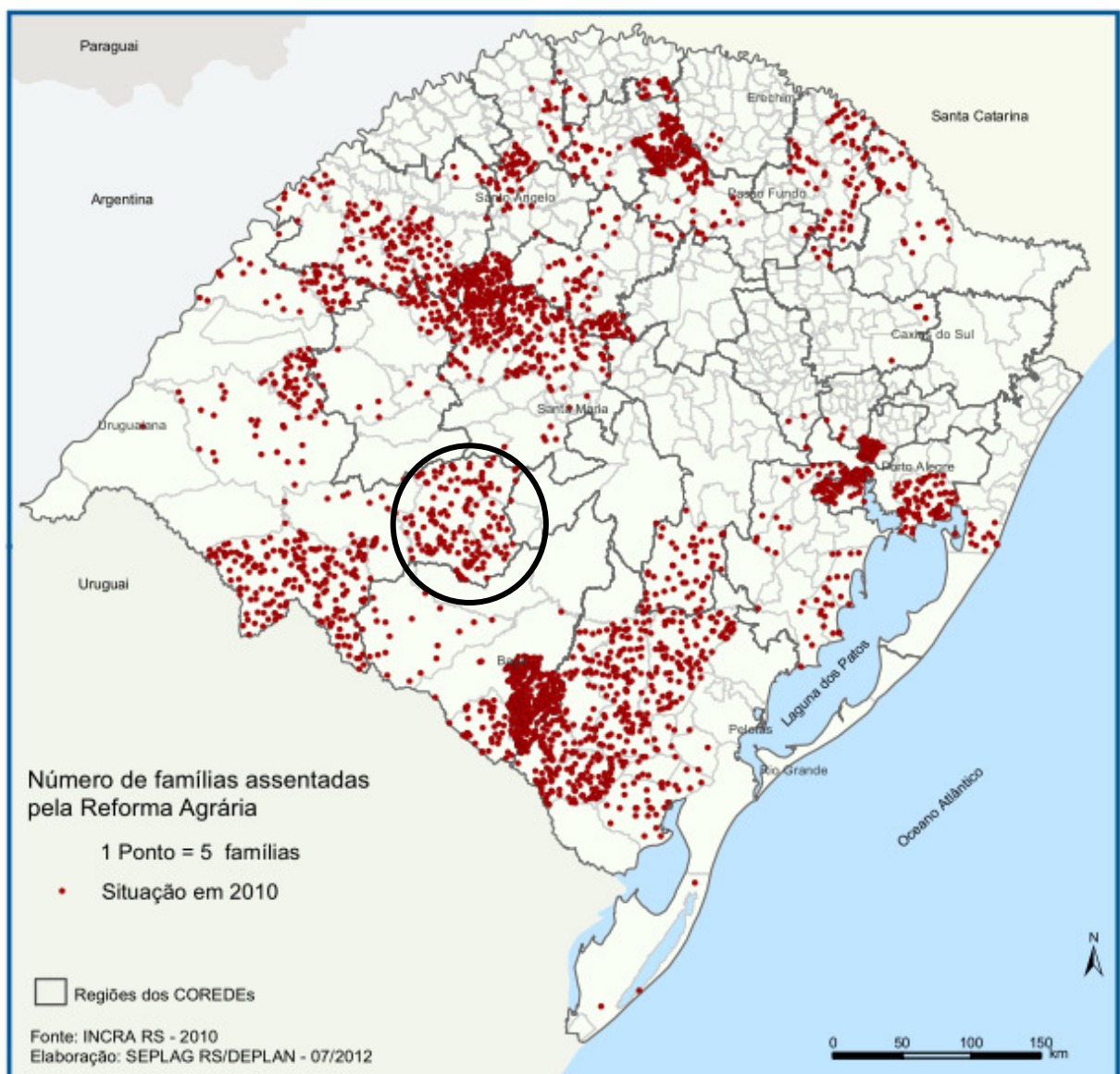
Um fator que chama atenção na microrregião da campanha central, é que esta região possui apenas quatro municípios, que juntos somam um total de

43.907ha de área de assentamentos da reforma agrária, destacando-se Santana do Livramento e São Gabriel com mais de 40 mil ha.

O município de São Gabriel fica localizado na região da campanha central, tem apenas oito (8) assentamentos, mas é o terceiro maior assentamento em número de famílias assentadas e área ocupada.

Podemos ter uma visão espacial dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul na figura 3.

Figura 3 - Número de famílias assentadas.



Fonte: Atlas socioeconômico. RS 2010

Na figura anterior, podemos identificar o município de São Gabriel circulado e temos uma visão espacial do número de famílias e a região em que estão alocadas.

Existem muitas críticas referentes às estruturas dos assentamentos da reforma agrária principalmente na questão da habitação, extensão rural, assistência técnica, saneamento, segurança alimentar, distância dos municípios, renda e a questão dos acessos em geral por parte das famílias assentadas.

Frente a essas situações podemos destacar algumas iniciativas que buscam reduzir o impacto que a desestruturação dos assentamentos enfrenta. Uma delas é a política de aquisição de alimentos (PAA) do governo federal que busca reduzir os impactos que a falta de alimento tem sobre as populações mais pobres e busca destinar para uma parte da população que tem menos poder aquisitivo (Diário Oficial da União 2008).

3.2 Programa de aquisição de alimentos

O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (GRANDO e FERREIRA, 2013).

Segundo BELIK (2003), os objetivos do programa são promover o acesso à alimentação para pessoas que estão em risco de segurança alimentar e nutricional e incentivar a agricultura familiar.

Para atingir as finalidades do programa compram-se alimentos que tem origem da agricultura familiar e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional bem como aquelas que são atendidas pela rede socioassistencial e pelos mecanismos públicos de alimentação e nutrição (GRANDO e FERREIRA, 2013).

O PAA dispensa licitação, promove abastecimento através de compras governamentais de alimentos, fomenta sistemas locais e regionais; também beneficia redes de alimentos e redes de comercialização, estima a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, promove hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (Schimitt, 2005; IPEA 2010).

O PAA é dividido em seis modalidades de atuação, para atingir todos os produtores envolvidos com agricultura familiar. Essas modalidades poder ser vistas e analisadas de uma forma geral no quadro descrito a seguir:

Quadro 1 – Modalidade de execução do PAA

Modalidade	Características
Compra com doação simultânea	Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo grupo gestor. A modalidade pode ser executada pela companhia Nacional de abastecimento (Conab), estados ou municípios, com recursos do ministério do desenvolvimento social e combate à fome (MDS). Os agricultores podem participar na forma individual por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$6500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$8500,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões.
Formação de estoques	Atua no apoio financeiro para constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e ministério do desenvolvimento agrário (MDA). Limite por DAP/ano: R\$8000,00. Limite por organização/ano: R\$1,5 milhão.
Compra direta	Visa à compra de produtos definidos pelo grupo gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$8000,00. Limite por organização/ano: R\$500,00 mil.
PAA leite	Possibilita a compra de leite que, após beneficiado, é doado aos beneficiários consumidores. É operado por governos estaduais da região nordeste e minas gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/semestre: R\$4000,00.
Compra institucional	Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$20000,00
Aquisição de sementes	Visa à compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$16000,00. Limite por organização /ano: R\$6 milhões.

Fonte: Grisa e Porto 2015, a partir da legislação consolidada.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Instituto Cidadania, 2001).

Segundo o MDS (2015), o PAA contribui para a segurança alimentar das populações mais empobrecidas, são pessoas atendidas por várias entidades,

instituições e equipamentos públicos e não governamentais que tem como finalidade promover a segurança alimentar e nutricional da população.

O PAA contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar e sua organização econômica, onde são executadas diretamente compras de organizações da agricultura familiar, como associações e cooperativas (MDS, 2015).

A normativa do PAA diz que os beneficiários fornecedores podem participar do programa individualmente ou por intermédio de suas cooperativas, bem como por outras organizações formalmente constituídas.

Os beneficiários do programa devem possuir a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) para participar do programa, Essa declaração qualifica a família como sendo da agricultura familiar.

A DAP pode ser obtida pelos agricultores junto às instituições autorizadas que podem ser as Ater ou no caso dos assentamentos Ates, junto às federações e confederações de agricultores e por intermédio dos sindicatos da categoria.

O conjunto de normas que regem o programa é definido por um grupo de gestores (GGPAA) que é representado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (Conab, 2012).

Para CONAB (2012), a operacionalização do PAA é diretamente ligada ao PRONAF, sua execução junto aos agricultores familiares é responsabilidade dos governos estaduais, municipais e também da Companhia Nacional de Abastecimento.

A Conab é uma empresa pública e é responsável por gerir as políticas públicas de abastecimento, empresa essa vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). A Conab coopera com o MDA e o MDS para viabilizar o programa (GRANDO e FERREIRA, 2013).

O valor dos produtos a serem pagos aos produtores é baseado em preços regionais ou estabelecidos pelo grupo gestor.

O acompanhamento das ações do programa é feito pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS).

No ano de 2012, foram atendidas mais de 23 mil entidades entre elas creches, escolas, asilos, restaurantes populares, hospitais, cozinhas comunitárias,

bancos de alimentos e instituições socioassistenciais. Os produtos atendem a comunidades específicas como indígenas, quilombolas, comunidades de matriz Africana, acampados, atingidos por calamidades climáticas, entre outros (MDS, 2013)

Para a (GRANDO e FERREIRA, 2013), o Programa de Aquisição de Alimentos teve uma trajetória ascendente sobre a ótica da assistência a pessoas em estado de insegurança alimentar, mas em termos de agricultores familiares beneficiados com aquisição de alimentos e do volume de produtos comprados observou-se certa instabilidade e no número de famílias fornecedoras houve uma estagnação.

Esses dados podem ser observados no quadro a seguir:

TABELA 2 Total de recursos aplicados no PAA, número de agricultores familiares participantes, pessoas atendidas e quantidade de alimentos adquiridos. PAA-Brasil — 2003-2010.

Anos	Recursos aplicados (R\$ milhões em valores correntes)	Nº de agricultores familiares participantes	Pessoas atendidas	Alimentos adquiridos(t)
2003	R\$ 144,92	42.077	226.414	135.864
2004	R\$ 180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	R\$ 333,06	87.292	6.450.917	341.755
2006	R\$ 492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	R\$461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	R\$ 509,47	168.548	15.407.850	403.155
2009	R\$591,03	137.185	13.028.986	509.955
2010	R\$680,95	155.166	18.875.174	462.429

Fonte: Grupo Gestor. Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010.

Observamos o avanço gradual de investimento feito no programa, onde até 2006 teve um crescimento considerável, Em 2007 teve uma pequena queda no valor investido bem como o nº de agricultores familiares participantes, mas aumentou em número de pessoas atendidas em 36% em apenas um ano. No ano de 2009, aumentou os recursos investidos em 17%, mas teve uma queda no nº de Agricultores familiares participantes e diminuiu 15,5% o número de pessoas atendidas com o programa.

Tabela 3 Número de agricultores familiares fornecedores, número de entidades beneficiárias, pessoas atendidas, recursos aplicados e quantidades adquiridas, por executor do PAA. Brasil — 2011

Executores do PAA	Agricultores Familiares Fornecedores	Entidades Beneficiárias	Atendimentos	Recursos Aplicados (em R\$)	Quantidade (em Kg)
CONAB	94.805	17.830	16.206.783	385.097.095	238.114.657
Estadual	13.604	3.924	2.180.162	27.295.984	15.044.296
Municipal	12.396	2.264	1.306.678	41.532.322	21.522.509
Leite	32.180	—	—	122.799.293	207.813.171
Total	152.985	24.018	19.693.623	576.724.693	482.494.633

Fonte: MDS, 2012

Na tabela anterior, observamos ver que a Conab é o principal agente que atua no programa, é o principal canal de comercialização dos agricultores, atende o maior nº de entidades e tem a maior quantidade de recursos aplicados. A Conab é seguida pelos estados e depois municípios.

Outro fator que chama a atenção é a quantidade de alimentos que foram destinados as pessoas em risco de segurança alimentar e o valor aplicado no programa. Essa questão indica um forte incentivo à produção e consumo de alimentos.

Tabela 4 - Aquisições do PAA executadas pela Conab, por modalidades, Brasil — 2011.

Modalidade de aquisições	Agricultores familiares fornecedores	Quantidades		Recursos Aplicados	
		Kg	%	R\$	%
CDRAF	1.285	5.650.808	2,4	7.276.063	1,9
CPR-DOAÇÃO	90.363	218.500.156	91,8	362.999.580	94,3
CPR-estoque	3.157	13.963.693	5,9	14.821.451	3,8
Total	94.805	238.114.657	100	385.097.095	100

Fonte: CONAB, 2012.

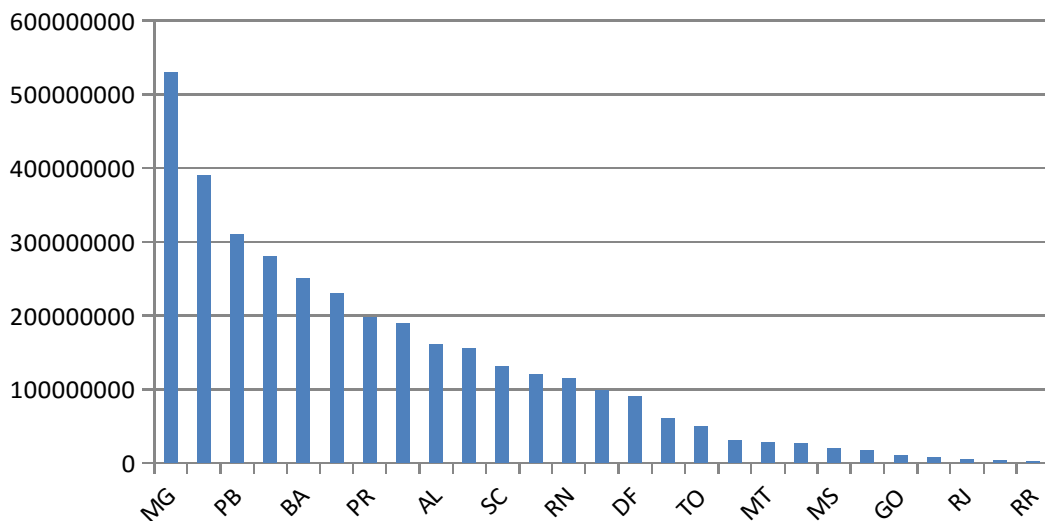
Desde sua criação o PAA atuou principalmente como política de segurança alimentar (GRANDO e FERREIRA, 2013). O programa estimula benefícios do ponto de vista ecológico, pois estimula a produção orgânica baseada em sistemas de produção e manejo do cultivo de forma sustentável, aponta benefícios também na questão da comercialização e escoamento dos produtos agrícolas e também no estímulo a produção e consumo de alimentos saudáveis.

O PAA na sua forma de atuar promove o incentivo ao cooperativismo entre os produtores e garantem prioridades a comunidades quilombolas indígenas e campesinato, essas comunidades que tem por histórico a pobreza e a miséria em sua essência (IPEA, 2011).

Na atuação do PAA, o Rio Grande do Sul ocupa uma posição de destaque em relação aos recursos do programa que foram aplicados.

O gráfico a seguir mostra a participação do estado no programa.

Figura 4 aplicação na execução do PAA, por modalidade e por estado — 2003 a 2010.



Fonte: BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos — PAA. **Balanco de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010**. Grupo Gestor, relatório descritivo, Dezembro de 2010.

Podemos analisar que o principal estado beneficiado pelo PAA é Minas Gerais com mais de 530 milhões de reais investido no fortalecimento da agricultura familiar e consumo de alimentos, esse fato ocorre porque o estado de Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil e a modalidade que mais foi utilizada nesse estado foi o PAA leite.

Outro fator que chama atenção é a quantidade de recurso destinada para o Distrito Federal, visto que em área é o menor de todos os estados da federação.

O principal comprador institucional dos produtos do PAA no Rio Grande do Sul é a Conab (GRANDO e FERREIRA, 2013).

Para IPEA (2012), a Conab responde integralmente pelas modalidades Compra Direta e Formação de Estoque e responde parcialmente pela modalidade Compra com Doação Simultânea que é executada também por estados e prefeituras através de convênios com o MDS.

Os dados a seguir mostram os recursos aplicados pela Conab no Rio Grande do Sul e Brasil.

TABELA 5 - Recursos aplicados pela Conab na aquisição de produtos da agricultura familiar. Brasil e Rio Grande do Sul — 2003 2011

Anos	Brasil (R\$ milhões em valores correntes)	RS (R\$ milhões em valores correntes)	RS/Brasil
2003	81,54	10,38	12,7
2004	107,19	19,03	17,8
2005	112,79	30,21	26,8
2006	200,95	45,32	22,6
2007	228,35	55,37	24,3
2008	272,49	63,12	23,2
2009	363,38	96,74	26,6
2010	379,74	76,67	20,2
2011	451,04	58,92	13,1
Total	2197,47	455,76	20,70

Fonte: CONAB, 2012.

O PAA é um programa que visa suprir as necessidades alimentares e nutricionais de uma parcela da população que tem menos poder aquisitivo, bem como estimular a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e a diversificação de seus produtos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Organizações necessárias para o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimento

Durante a pesquisa, foi constatado que para o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos é requerido um grande esforço para administrar o chamado grupo gestor municipal. Esse grupo tem a responsabilidade de dar as diretrizes, auxiliar no cumprimento do papel social do programa, onde cada entidade tem um papel fundamental no funcionamento do mesmo, a iniciar pelos agricultores que é um elo fundamental, pois são eles quem detém a matriz produtiva que viabiliza o programa. Este grupo é formado pela Coptec, que é a prestadora oficial do município, cootap, que é a cooperativa que operacionaliza o programa e a prefeitura, que organiza a distribuição dos alimentos.

Desta forma, devido a importância dos assentados, da ATES e de sua prestadora e da Cootap para a existência do PAA no assentamento Conquista do Caiboaté é que foram apresentadas e discutidas as características destes agentes, entendidos como responsáveis na execução do programa.

4.1.2 Assentamento Conquista do Caiboaté

A região da campanha gaúcha é caracterizada por uma diversidade de elementos que compõem sua organização espacial (DOS SANTOS e DAVID, 2011), a partir de agentes sociais que ocupam esse espaço fronteiriço.

Segundo DOS SANTOS e DAVID (2010):

A presença do latifúndio pastoril enquanto forma-conteúdo que dominou a produção do espaço rural em questão, desde o período colonial até os estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista, coloca-se como elemento central nesse processo. A este último soma-se o processo de modernização da agricultura que tratou de inserir o agronegócio a partir das culturas do arroz irrigado, trigo e soja, como uma das estratégias de reprodução da grande propriedade (DOS SANTOS e DAVID, 2010).

Igualmente, outro processo importante nessa dinâmica de formação espacial rural foi às implantações dos assentamentos rurais a partir da década de 90, a partir de pressões principalmente por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que visava intensificar sua luta pela alteração da estrutura fundiária existente no Rio Grande do Sul, buscando desenvolver os assentamentos na região da campanha. (DOS SANTOS e DAVID, 2011)

São Gabriel é um município que faz parte dessa região e também tem uma das questões que culminam no conflito entre o campesinato e os grandes proprietários fundiários, sejam estes tradicionais latifundiários ou modernos capitalistas que disputam as frações do território no espaço rural do município (DOS SANTOS e DAVID, 2011).

O município fica localizado na área central da Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul - Campanha Gaúcha, com uma área de 5.019,646 Km² em sua totalidade e população de 60.425 mil habitantes (IBGE, 2010).

Dentro desse contexto situa-se o assentamento Conquista do Caiboaté, fundado em dezembro de 2008 a partir da desapropriação do Latifúndio Southal, após um longo processo, que tencionou o aparelho do estado e a sociedade civil na discussão do tema teve o surgimento do assentamento (DOS SANTOS e DAVID, 2011).

Segundo Dos Santos e David (2011), o latifúndio Souhtal era um dos maiores do estado, seu complexo abrangia diversas estâncias, que em sua totalidade era cerca de 13 mil hectares. Em dezembro de 2008 teve 5 mil hectares desapropriadas para fins de reforma agrária, o qual beneficiou 225 famílias que continuaram a luta para desapropriar outras áreas do complexo.

Essas famílias também se destacam pela luta que tinham pela questão dos acessos às políticas públicas necessárias para a consolidação da vida no assentamento, como as políticas de incentivo à produção, o crédito para a construção das moradias, o acesso à saúde e à educação (DOS SANTOS e DAVID, 2011).

O PAA é um programa que visa suprir as necessidades alimentares e nutricionais de uma parcela da população que tem menos poder aquisitivo, bem como estimular a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e a diversificação de seus produtos. Igualmente, é importante destacar que os produtores precisam de auxílio para saber como acessar esses mercados

institucionais principalmente para as famílias assentadas da reforma agrária, podendo ressaltar assim a importância da extensão rural e dos serviços de assistência técnica (ATER e ATEs) como ferramentas de apoio a esse programa.

4.1.3 Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATEs)

Em se tratando de apoio para os assentados pode-se pôr em destaque o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), criado pelo governo federal em 2003 com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados da reforma agrária.

A partir de 2004 com a criação do programa de Ates, o INCRA no RS passou a executar ações de Ates em todos os assentamentos estaduais e federais a partir de contratos firmados com a EMATER e com a cooperativa de prestação de serviços técnicos COPTec, (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

Segundo Diesel et al (2012), os assentados passam a receber serviços de assistência para seus sistemas de produção, seja por instituições públicas como a EMATER, ou privadas, no caso da COPTec ou do CETAP.

Segundo de Sá et al (2012), no Rio Grande do Sul, foram selecionadas três instituições de forma licitatória para atuar na extensão rural, empresas essas que já estavam atuando nesse segmento no estado. São elas:

- EMATER/RS-Ascar, tem sua origem em 1955 a partir da criação da Ascar que após essa data tornou-se a principal organização no Rio Grande do Sul que oferta serviços públicos de Ates, e responde por nove núcleos operacionais (NOs) de Ates no estado.
- CETAP, criada em 1996, é uma organização não governamental (ONG) que visa atuar na extensão rural para promover a agricultura sustentável que prega em sua base princípios agroecológicos. Responde por um núcleo operacional da Ates.
- COPTec é uma cooperativa de técnicos, sua criação foi desde o projeto Lumiar e é vinculada ao MST, é atuante na assistência técnica em assentamentos. A partir de 2012 responde por dez núcleos operacionais de Ates.

Essas prestadoras de serviços formaram suas equipes de técnicos para atender as atividades de Ates e suas normas foram estabelecidas pelo INCRA/RS (de SÁ et al, 2012).

No caso das instituições privadas são firmados contratos para a terceirização dos serviços de assistência técnica e extensão rural, com a orientação teórico-metodológica definida pelo Programa de ATES norteado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (VARGAS, 2013).

Segundo TREVISAN et al (2014) o programa de Ates é um processo de educação contínuo que incorpora os aspectos produtivos, ambientais e sociais.

Norteado pelas normas da Ater, a Ates busca o desenvolvimento sustentável e tem como enfoque a qualidade de vida dos assentados.

A Ates em sua execução conta com os Núcleos Operacionais (NOs), que são as bases das equipes técnicas e se necessário com a contratação de profissionais especialistas. E para dar suporte as NOs previu-se uma equipe de articuladores, que auxiliam no planejamento e execução das ações das equipes de Ates (TREVISAN et al 2014). Cabe aos NOs desenvolver e dar acompanhamento na execução dos projetos de exploração anual (PEA), plano de desenvolvimento do assentamento (PDA), e do plano de recuperação dos assentamentos (PRA) que norteiam as ações das equipes técnicas dos núcleos operacionais (TREVISAN et al 2014).

No caso do município de São Gabriel, o serviço de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) é realizado pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COTAPE), que é a prestadora oficial do município de São Gabriel.

4.1.4 Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. - COPTec é uma prestadora de serviços técnicos, sociais e ambientais que atuam em áreas de reforma agrária.

Criada em 1996 desde o projeto Lumiar (DE SÁ et al, 2012), a Coptec está vinculada ao MST, seu propósito está voltado para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária que estão situados no estado do Rio Grande

do Sul. A cooperativa destaca o acompanhamento intensivo e orientação técnica de núcleos de famílias assentadas.

A Coptec elabora e acompanha a execução de convênios e projetos de crédito que envolva as famílias beneficiadas seguindo as diretrizes e encaminhamentos das entidades competentes que contratam a cooperativa. A Coptec atua com as famílias que buscam o aumento da produção e produtividade, sempre visando às formas de produção sustentáveis e respeitando as particularidades de cada região (COPTec, 2015).

Segundo a COPTec (2015) sua atuação está em mais de 135 assentamentos distribuídos em 36 municípios com núcleos operacionais localizados nos municípios de Candiota, Pinheiro Machado, Santana do Livramento, São Gabriel, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Tupanciretã, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Viamão.

Ao longo dos últimos 18 anos a COPTec participou de diversos projetos destinados ao desenvolvimento sustentável do rural brasileiro. Entre 1997 a 1999 participou do programa de assistência técnica Lumiar do governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso (NEUMAN; DALBIANCO, 2012). Entre os anos de 1999 a 2002 participou de convenio estabelecido com o governo estadual do Rio Grande Sul que teve suas atividades apoiadas pelo INCRA através de convênio até outubro de 2008.

Em dezembro de 2008 participou da licitação pública do INCRA, firmando contrato a partir de 15 de janeiro de 2009, que consistia na elaboração de 15 planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e 122 planos de recuperação dos assentamentos (PRA) em oito núcleos operacionais nos municípios de Tupanciretã, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Santana do Livramento, Candiota, Pinheiro Machado, São Luís Gonzaga e São Miguel das Missões.

A Coptec também foi responsável pela prestação de serviços de Atesno programa de consolidação dos assentamentos de reforma agrária (PAC) nos municípios de Aceguá, Hulha Negra, Candiota e Viamão. Conta com mais de 120 profissionais das ciências agrárias e humanas.

Segundo DOS SANTOS et al (2010):

Na Coptec, os seus profissionais são selecionados entre os militantes da luta pela terra, comprometidos com a reforma agrária e sintonizados com as linhas de atuação do MST e da COCEARGS (Cooperativa Central dos

Assentamentos de Reforma Agrária do RS). Sua criação foi fruto da necessidade sentida de uma ação mais focada na mobilização e organização dos assentados, colocando a dimensão técnico-produtiva em plano subordinado à ação política.

A COPTec utiliza o cooperativismo dos técnicos como metodologia para atingir os objetivos propostos na execução dos PDAs e PRAs (COPTec, 2015).

O cooperativismo é uma ferramenta fundamental para o funcionamento do PAA, seja na prestadora, associações de bairro ou mesmo dos assentados que produzem alimentos.

4.1.5 Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP)

O cooperativismo agrícola é uma prática que poderia servir como instrumento para resolver alguns problemas existentes nos assentamentos da reforma agrária, como a falta de desenvolvimento, organização dos meios de produção, acesso a mercados, entre outros (SANTALUCIA et al, 2005).

Segundo SANTALUCIA et al (2005), o cooperativismo utilizado nas cooperativas de produção agropecuária (CPAs), que são estimuladas pelo MST e cuja a posse da terra e meios de produção estão sob controle da cooperativa e gerida pelos associados poderia servir de modelo para os demais assentamentos.

SANTALUCIA et al (2005, p. 99), diz que:

(...) Este modelo propiciou a aquisição de diversas instalações, compra de maquinários e implementos agrícolas, acumulando um considerável patrimônio para seus associados, que individualmente seria muito difícil alcançar. No entanto, este é um modelo pouco usual, segundo dados levantados junto a Superintendência Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SR-11), subdivisão do INCRA, com sede em Porto Alegre, no ano de 2003, o Estado contava com 287 Projetos de Assentamentos, com cerca de 11.246 famílias assentadas em uma área de 249.175 ha. Mas, conforme a Cooperativa Central de Assentamentos de Reforma Agrária – COCEARGS, ligada ao MST, o Estado Gaúcho apresenta atualmente somente cerca de 7 assentamentos onde houve uma opção das famílias assentadas de trabalhar a terra coletivamente em uma mesma área, com o estabelecimento de Cooperativas, as chamadas CPAs que estão localizadas nas cidades de Pontão, Piratini, Tapes, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Santa Maria e Charqueadas. Porém, esta experiência de cooperativismo, também é marcada por situações de conflitos e desagregações no quadro associado, as CPAs existentes, com o passar dos anos enfrentaram variados conflitos e problemas, algumas não citadas aqui se extinguíram, outras se dividiram, resultando em uma desagregação no quadro de associados originais, uma

parcela preferiu “começar do zero” explorando um lote individual, enquanto outra parte preferiu continuar coletivamente.

Fundada em 1996, a cooperativa dos trabalhadores assentados da região de Porto Alegre LTDA – COOTAP é uma cooperativa de prestação de serviços que está voltada para atender as famílias dos trabalhadores rurais assentadas na região de Porto Alegre (HAAS, 2012). Localizada em Eldorado do Sul, região metropolitana de Porto Alegre, a COOTAP tem como objetivo auxiliar e contribuir na organização da produção das famílias assentadas dessa região (HAAS, 2012).

Segundo HAAS (2012), a COOTAPE é uma entidade que representa e organiza a produção de todas as famílias assentadas da região de Porto Alegre.

A COOTAP destaca-se pela produção e comercialização de arroz ecológico, juntamente com o grupo gestor regional (HAAS, 2012). Para a autora, o grupo gestor regional do arroz ecológico reúne todos os agricultores assentados envolvidos com a produção de arroz ecológico, que são desde famílias que produzem individualmente, cooperativas ou grupos de produção que planejam de forma coletiva todo o processo produtivo, que inicia com o plantio e vai até o beneficiamento e posterior comercialização da produção. Proporciona também cursos, dias de campo e seminários voltados para a produção de alimentos ecológicos.

No município de Eldorado do Sul existem sete assentamentos que totalizam 327 famílias que são beneficiadas. A Cootap possui 1.468 cooperados que produzem arroz orgânico (CASPARY, 2014).

Segundo (CASPARY, 2014), as famílias de agricultores assentados tiveram êxito na produção de hortaliças à base de princípios agroecológicos. A partir daí, decidiu-se dar um passo adiante e entrar em uma cadeia que até o momento era pouco conhecida, mas que estava em crescimento.

Nos anos de 1998-1999 os assentados em conjunto com a cooperativa iniciaram a produção da nova prática no assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul. Os agricultores iniciaram a produção com 1,5 hectares de terra. A partir daí aconteceu a adesão de mais famílias no processo produtivo. Após o aumento dessa demanda, no primeiro seminário realizado em 2002, foi criado o primeiro grupo gestor do Arroz, esse grupo passou a partir de então a coordenar os debates relacionados às principais demandas no âmbito de três eixos hierárquicos. A

coordenação estadual, grupos de produção e as famílias assentadas (CASPARY, 2014).

Com grandes dificuldades no início dessa jornada, que iam desde a falta de equipamentos a dificuldades na questão de manejo, a Cootap teve crescimento expressivo com o aumento de famílias que aderiram esse sistema produtivo, cerca de 20% ao ano. Observa-se também aumento da área com 32,7% ao ano (CASPARY, 2014).

Seguindo essa corrente, outros municípios além de Eldorado do Sul também estão aderindo e se inserindo nesse projeto, como Manoel Viana, Nova Santa Rita, Viamão, Tapes e São Gabriel (CASPARY, 2014).

Segundo (CASPARY, 2014), a COOTAP é beneficiada pelo programa de sustentabilidade dos assentamentos da reforma agrária no estado, também é uma das cooperativas que são beneficiadas pelo BNDES/proredes e fundo social, vinculado ao funterra (RS).

4.2 A dinâmica de funcionamento do PAA em São Gabriel

O programa de aquisição de alimentos surgiu no município de São Gabriel para atender uma demanda até então existente no consumo de hortifrutigranjeiro. Identificou-se que 96% do consumo municipal de hortifrutigranjeiro era oriundo da Ceasa. Então frente a essa lacuna existente entre os produtores locais e os produtores de fora do município, iniciou-se uma conversação com o município, a Coptec com a Cotap, esta que é uma das cooperativas do movimento sem-terra. Nessas conversações se buscou algumas formas de viabilizar a agricultura familiar local fazendo-se valer por algumas possibilidades existentes na época, como o PNAE e o PAA. No caso do PAA identificou-se a facilidade de operação no município pela facilidade que o programa oferecia, pois este tinha a facilidade de que se o produtor não conseguisse produzir um determinado alimento, mas tivesse outro produto ele poderia entregar, pois o PAA doação simultânea, no caso de São Gabriel não exigia quantidade mínima e nem um produto pré-determinado, diferentemente do PNAE que exige a entrega da quantidade proposta seja produzida ou comprada de terceiros.

Então frente a essa questão que estava tão latente no município, realizaram-se várias reuniões até se concretizar o programa. Reuniões essas que tinham a participação da prefeitura, associação de bairros, a prestadora oficial que é a Coptec e a Cootap. Essa que é uma cooperativa que já estava estruturada veio para dar um respaldo para as famílias, principalmente na produção de orgânicos.

O objetivo do programa no Município de São Gabriel inicialmente era incentivar a produção para o autoconsumo, melhorar a qualidade alimentar através da diversificação da produção, melhorar as condições técnicas de produção de modo a produzir o suficiente para subsistência e vender o excedente da produção para o programa, também a organização dos produtores para acessar outros mercados institucionais e não institucionais a partir do PAA.

O projeto do assentamento Conquista do Caiboaté se inseriu no programa de aquisição de alimentos a partir de 2012, no segundo projeto submetido pelo grupo gestor municipal. Nesse projeto eram 79 famílias ou 79 DAPs em todo o município, mas operacionalizou-se apenas 33, sendo apenas 5DAPS no assentamento Conquista do Caiboaté.

O fator que limitou esse número de famílias envolvidas foi o desenho do projeto, os projetos foram desenhados de acordo com a quantidade de recursos disponibilizados pela Conab, ou seja, nem todos os produtores podiam participar dos projetos, por isso, o grupo gestor municipal teve que fazer uma triagem dos produtores que tem aptidão para produzir alimentos e que se enquadre com o modelo do projeto que é desenhado pela cooperativa.

Os recursos destinados ao PAA eram do extinto MINISTERIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). Estes recursos eram destinados a Conab, que tem um programa chamado PAA NET, onde as cooperativas inscrevem-se e fazem o cadastro do projeto. A cooperativa que tem o projeto submetido aceite vai determinar os produtos que serão entregues. A cooperativa opera os recursos e é a proponente que organiza a produção e operacionaliza o PAA.

A prefeitura também faz parte do chamado grupo gestor municipal, e é responsável por organizar as associações de bairro, escolas e outras instituições que são beneficiadas com os alimentos produzidos. Essas instituições e entidades que recebem os alimentos distribuem entre as pessoas mais carentes.

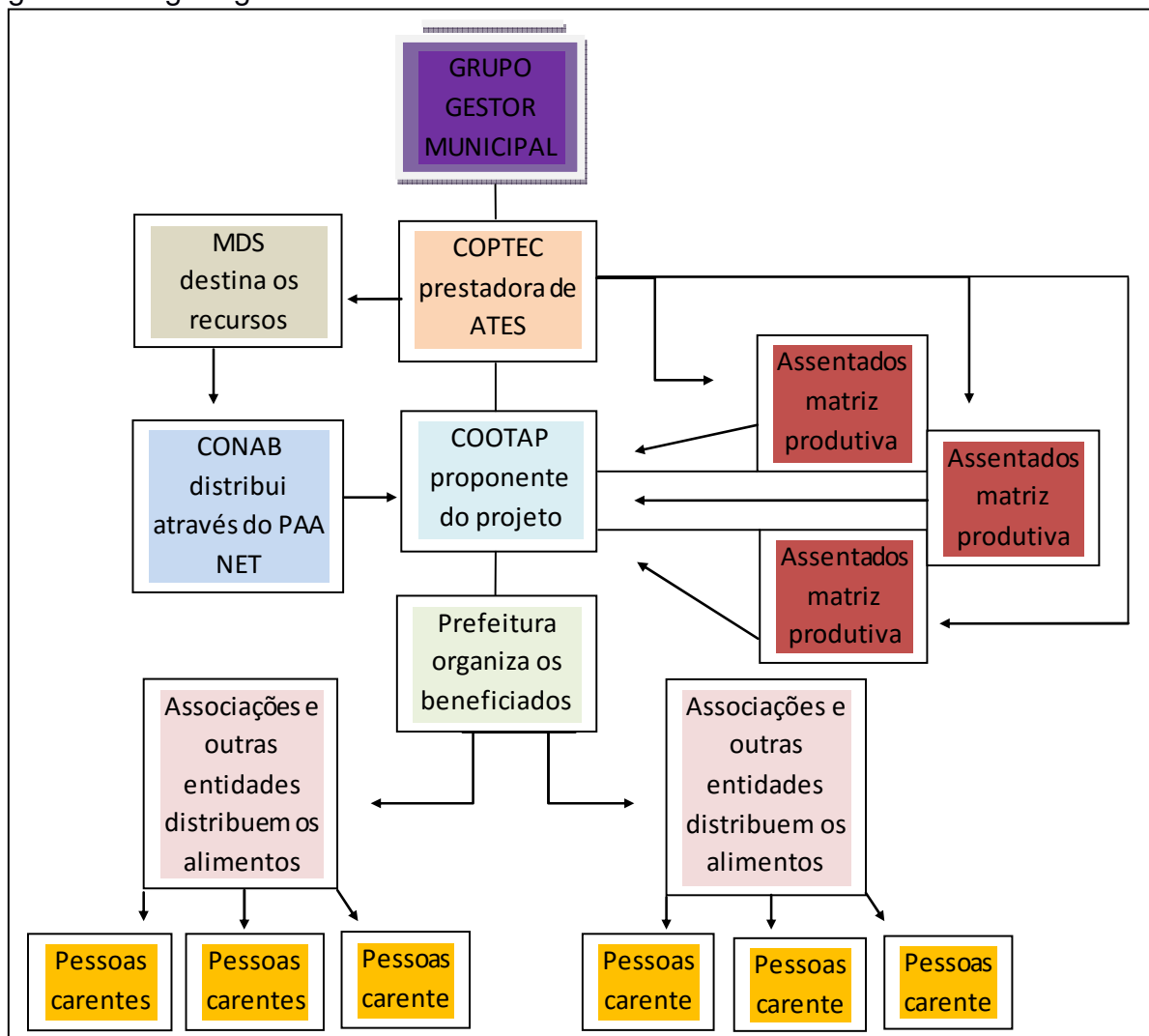
Quando o projeto é cadastrado na Conab tem que estar descrito no projeto o grupo gestor municipal e as entidades que serão beneficiadas com os alimentos. Esse é um pré-requisito para o projeto ser aceito pelo grupo gestor do programa

A Coptec, que é a prestadora oficial de ATEs da região, participa do PAA no auxílio as famílias tanto na parte técnica agrária como na parte social, também acompanha o roteiro de coleta e a entrega da produção dos assentados.

A participação dos produtores no PAA é fundamental, pois eles são quem detém a matriz produtiva. Eles associam-se a cooperativa para poder entregar sua produção.

Então de uma forma geral, pode-se visualizar a dinâmica de funcionamento do PAA no município de São Gabriel na Figura 5:

Figura 5 – Organograma da Dinâmica de funcionamento do PAA em São Gabriel



4.3 Dinâmica de funcionamento da Coptec e sua visão do PAA

No município de São Gabriel a prestadora de serviços de ates oficial é a Coptec. Ela está envolvida na prestação de serviços técnicos de extensão e sua relação com os assentados de uma forma geral é de fazer o atendimento as famílias tanto na parte social no acompanhamento das famílias e auxilio nas questões de acesso a saúde, educação, habitação, qualidade de vida e segurança alimentar. Também atua na parte agrária com acompanhamento técnico, auxilio no aprendizado de questões de manejo e também tem a função de acompanhar e apresentar os produtos oriundos da agricultura familiar ao consumidor através de feiras e amostras de produtos de origem da agricultura familiar.

O trabalho realizado pela Coptec junto aos agricultores busca sempre incentivar as famílias a construir grupos de produção. Como metodologias são realizadas várias reuniões, onde se discute as oportunidades oriundas dos programas existentes e suas formas de acesso e utilizam também experiências de outras famílias em outros assentamentos como forma de incentivo à produção, usa-se também vídeos técnicos educativos que ensinam a parte pratica de manejo das culturas, ou seja, instrução técnica e estímulo a produção.

Os trabalhos da Coptec núcleo São Gabriel estão divididos em quatro grupos, onde cada grupo atende uma fração dos assentados no município de São Gabriel e Santa Margarida. Os técnicos são referência de cada assentamento, e cada um deles está envolvido em um eixo de produção. Por exemplo, T.I.A. está envolvido com o eixo de produção de leite, C.I.A. está envolvida com políticas públicas e acesso a créditos e J.B.F.P. está envolvida com atendimento social e mulheres assentadas.

De forma geral quando existe um programa novo, o técnico responsável pelas políticas publica tem o papel de informar os demais técnicos, os técnicos direcionados a parte de créditos tem a responsabilidade de escrever o formato dos projetos, adequando ao orçamento proposto, também tem a responsabilidade de direcionar o projeto aos técnicos responsáveis pelos eixos de produção o qual ele vai atingir. Então se pode dizer que tendo um projeto novo todos os técnicos passam a se envolver, sendo na área de disseminação da informação, área produtiva, ambiental ou atendimento social.

O corpo técnico da Coptec núcleo São Gabriel é formado por 10 profissionais que atendem 707 famílias nos municípios de São Gabriel e Santa Margarida. Os técnicos são referência dos assentamentos e trabalham em conjunto na intenção de viabilizar as famílias assentadas, bem como os agricultores familiares inseridos nesses municípios que são atendidos por esses profissionais.

Os técnicos da Coptec e sua respectiva formação podem ser visto de uma forma geral na tabela a seguir:

Tabela 6 – Corpo Técnico da Coptec Núcleo São Gabriel

TECNICO	FICHA TECNICA
Tiago Carvalho	Coordenador do núcleo / Técnico Agrícola
Cristiane Bergman	Técnico Agrícola / Graduando em Gestão Ambiental
Jane Beatriz da Fontoura Petrolino	Pedagoga
Sandro Roque	Pedagogo
Rosangela Frâncios	Técnica em Saúde
Ana Paula Pereira	Magistério
Jeferson da Silva	Engenheiro Agrônomo
Tatiana Nascimento	Tecnólogo em Agropecuária
Everton Madruga	Técnico em Agropecuária Agroecológica
Éderson Locatelli	Técnico em Agropecuária

Fonte: Autor da pesquisa

A discussão do PAA surgiu na Coptec depois de observar os agricultores que tinham chegado aos assentamentos, foi observado também que a Cootap já estava inserida na região com o cultivo de arroz orgânico e que nem todos os produtores tinham aptidão para esse cultivo, foi então que o conjunto regional do Movimento Sem Terra, juntamente com a Coptec buscaram outras formas de acesso a renda para as famílias recém-inseridas no município, onde se viu a oportunidade no mercado institucional do PAA como instrumento pedagógico de incentivo à produção e geração de renda.

A participação da Coptec no PAA teve início no primeiro projeto realizado no município de São Gabriel em 2011/2012, onde a partir daí, no ano e 2013, a Coptec passou a fazer parte do que a Conab propôs de grupo gestor municipal, que junto com a prefeitura e a cooperativa Cootap são as entidades que organizam a dinâmica e funcionamento do PAA.

Inicialmente Coptec teve sua participação efetiva a campo no levantamento das famílias com potencial produtivo, famílias essas que mais tarde passariam a fornecer alimentos para o PAA. Envolveu-se na organização das famílias, onde foi feita uma triagem e identificação dos produtores que tinham aptidão para produzir alimentos, colaborou com instrução técnica, ou seja, como produzir. A Coptec organizou os grupos de produção, auxiliou a Cootap no desenho dos projetos para acessar os recursos e também atuou no acompanhamento da produção e intenção de produzir das famílias, fornecendo suporte técnico aos produtores em suas dificuldades, auxiliou na construção das rotas de coleta e acompanhou até o momento do carregamento dos produtos, bem como a pesagem da produção durante a entrega.

Na visão dos técnicos da Coptec, esse programa foi usado para alavancar a produção e foi o início para que os produtores pudessem se inserir em uma linha produtiva, e promoveu a garantia de venda para os produtos.

Para os técnicos da Coptec, o PAA fomentou investimentos na terra por intermédio da Cootap, auxiliou também para que esses recursos fossem destinados para se estruturar as áreas dando suporte e servindo de incentivo para se buscar novos mercados além dos institucionais, tendo como enfoque que a renda oriunda do PAA ajuda, mas pode-se buscar outros canais que garantam renda as famílias.

Segundo os técnicos da Coptec, o PAA Teve também um papel indireto ao promover a busca de outras formas de se garantir um nível maior de segurança, pois os produtores passaram a conhecer novos mercados e passaram a ter o domínio do manejo produtivo, ou seja, teve um aperfeiçoamento técnico, e também uma profissionalização na arte de vender, visto que a partir do momento que os produtores passaram a comercializar seus produtos tiveram que aprender a lidar como comerciantes, de uma forma profissional.

4.4 A ótica das famílias assentadas sobre o PAA

No início da pesquisa foram identificados os produtores que participaram do programa de aquisição de alimentos, para isso foi necessário o auxílio dos técnicos da Coptec e também do coordenador regional da Cootap. Essa que era a cooperativa proponente dos primeiros projetos que foram submetidos no município de São Gabriel. No momento que se identificaram as cinco(5) famílias envolvidas no PAA do assentamento Conquista do Caiboaté, direcionou-se a atenção para a opinião dos produtores que vivenciaram no dia a dia o Programa.

Acompanhado de um técnico da Coptec iniciamos os debates com os assentados participantes do PAA, onde obtivemos informações pessoais dos produtores.

De uma forma geral podemos identificar a matriz produtiva dos assentados que participaram do PAA. Identificou-se que todos os participantes do PAA têm uma grande variedade de produtos e apostam na diversificação de culturas. Esse fato é descrito no quadro a seguir:

Quadro 2 - Matriz produtiva dos assentados participantes do PAA no Assentamento Conquista do Caiboaté

Famílias do PAA	Matriz produtiva
Valdecir Antônio Machado	Batata doce, aipim, abóbora milho verde e melancia
Thatiane e Emerson	Batata doce, aipim, milho verde e hortaliças
Ana Paula Pina (Agrovila)	Cebola, aipim, batata, milho verde e hortaliças
Maria Antônia Pires Machado	Soja, melancia, batata doce, melão, milho, aipim, pepino e hortaliças
Clóvis Gonçalves e Cintia Oliveira	Feijão, soja, aipim, amendoim, melancia, cebola, milho, batata e hortaliças

Fonte: autor da pesquisa (2016).

Pode-se perceber nas entrevistas que a intenção de produzir estes alimentos pelas famílias estava direcionada a sua subsistência, sendo comercializado apenas o excedente, permitindo assim o acesso a itens não produzidos na UPA, como arroz e farinha, por exemplo.

No quadro anterior, podemos perceber que dois produtores buscaram produzir soja que não é um produto que se comercializa em feiras, mas foi uma oportunidade fornecida pela Cootap para os produtores produzir soja orgânica.

Foi observado que inicialmente mesmo tendo a possibilidade de fornecer alimento para abastecer o PAA, o enfoque era produzir alimentos para poder sobreviver na terra. Esse fato segundo as famílias foi decorrência da falta de conhecimento do funcionamento do programa no início dos primeiros projetos. Igualmente, outro fator que limitou o maior número de famílias participantes do PAA foi o atraso no pagamento dos produtores a partir do segundo ano. Esse fator contribuiu para o encolhimento do número de itens comercializado para o PAA. Podemos ter uma ideia dos alimentos comercializados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Alimentos comercializados para o PAA

Famílias do PAA	Alimentos Produzidos	Alimentos comercializados para o PAA
Valdecir Antônio Machado	Batata doce, aipim, abobora milho verde e melancia.	Batata doce
Thatiane e Emerson	Batata doce, aipim, milho verde e hortaliças.	Batata doce, aipim, milho verde.
Ana Paula Pina (Agrovila)	Cebola, aipim, batata e hortaliças.	Aipim e milho verde
Maria Antônia Pires Machado	Soja, melancia, batata doce, melão, milho, aipim, pepino, moranga, cebola e hortaliças.	Melancia, batata, aipim, moranga e cebola.
Clóvis Gonçalves e Cintia Oliveira	Feijão, soja, aipim, amendoim, melancia, cebola, milho, batata e hortaliças.	Melancia

Fonte: autor da pesquisa (2016)

No momento de comercializar para o PAA, a Cootap organizava as entregas e vinha fazer o recolhimento da produção, sendo que todas as entregas eram acompanhadas pelos técnicos responsáveis da Coptec.

Além do PAA, a produção era vendida para revendedores que se deslocam até a propriedade, onde se negociava o que se tinha produzido e alguns produtores também utilizavam como forma de escoamento da produção vendas para feirantes, vendas para mercadinhos, consumidores da cidade e do próprio assentamento.

Inicialmente, as famílias produziam para subsistência, mas a partir do primeiro ano de implantação do PAA, as famílias foram motivadas a plantar mais. Fato esse descrito pelos produtores que aconteceu depois dos custeios que foram cedidos pela Cootap e do trabalho intensivo realizado pela Coptec.

A forma de comercialização dos produtos excedentes da agricultura familiar das famílias que foram participantes do PAA está descrita no quadro a seguir:

Quadro 4 - Canais de comercialização dos produtos excedentes

Família	Canais de comercialização
Valdecir Antônio Machado	Revendedores da cidade, consumidores da cidade, assentados e PAA
Thatiane e Emerson	PAA, revendedores da cidade, feirantes (revenda), consumidores da cidade e assentados.
Ana Paula Pina	PAA
Maria Antônia Pires Machado	Engenho, mercadinhos, eventos no município, feirantes (revenda), feiras e PAA.
Clóvis Gonçalves e Cintia Oliveira	Engenho, mercadinhos, feirantes (revenda), consumidor da cidade, assentados e PAA.

Fonte: autor da pesquisa (2016)

Podemos observar que com exceção de apenas uma família, todas as demais famílias tem outras formas de comercialização além do PAA.

Outro fator que chama atenção são os clientes da cidade que procuram os produtores familiares para comprar os itens produzidos por eles.

Segundo relato das famílias entrevistadas, o PAA serviu para alavancar e incluir as famílias em sistemas produtivos e ainda proporcionou o custeio de algumas lavouras com auxílio da Cootap. Esse custeio foi importante porque o produtor às vezes precisa desse dinheiro para converter em hora/máquina, semente ou ferramentas que facilitem a forma de produzir. Então a Cootap fornecia esse custeio e recebia em forma de produtos na entrega dos alimentos. Além disso, o PAA proporcionou garantia da comercialização da produção, ou seja, os produtores não precisava se preocupar se iriam ter para quem vender ou se iriam perder a produção por falta de compradores.

Segundo os entrevistados, o PAA foi importante porque ele garantiu que se pudesse ter uma grande produção, com isso teriam como vender, ou seja, ele viabiliza a agricultura familiar.

Segundo os entrevistados, *“o PAA foi o melhor de programa dentro da reforma agrária de incentivo à produção, pois possibilitava a garantia da venda do produto, ele dava aquela confiança de que poderia sim se produzir porque o PAA garantia a comercialização e não tinha riscos de se perder a produção por falta de compradores”*. (Valdecir)

Pode-se notar que PAA dava um norteamento para a produção. Ou seja, poderia se planejar a produção para o autoconsumo, para a entrega no PAA e também para entregar para outros que pudessem surgir como interessados em comprar alimento. Outro benefício do PAA é que ele não exigia produção em escala,

Ele levava toda a produção seja pouca, ou bastante, seja o produto grande ou pequeno, ele garante que não se perderia nada, o valor pago pelo produto era um valor justo pela produção e proporcionava a garantia da renda, garantia de mercado e escoamento da produção e ocupação da terra, ensinou a procurar novas variedades para cultivar, ou seja, diversificar a produção. (Maria)

As entrevistas revelam que a partir do segundo ano faltou um pouco mais de coerência por parte dos responsáveis pelo programa, visto que o acordado era o pagamento para 30 dias e segundo os produtores relatam nas últimas entregas levaram até seis (6) meses para serem pagas. Esse fator com certeza limitou o interesse de mais pessoas a participarem do PAA. Outro grande problema causado pelo PAA foi que a partir do primeiro ano teve muitos produtores que ficaram motivados com o programa e produziram um grande número de alimento, mas não existiam recursos para comprar de todos os produtores, então foi feita uma seleção de produtores que iriam participar do programa. Esse fator excluiu um grande número de produtores interessados em participar do PAA, que estavam com as lavouras plantadas e muitos deles perderam a produção. Então se tivesse mais dinheiro destinado a esse programa teria um maior número de famílias participantes.

Como considerações feitas pelos produtores sobre o PAA, eles falaram que na medida do possível se pudesse continuar com o PAA seria importante para as famílias, pois forneceu muito apoio principalmente para aquelas pessoas que vieram a se estabelecer com pouco ou sem nenhum recurso. O programa auxiliou bastante nos problemas de falta de renda, falta de alimento, melhorou a autoestima e deu

ânimo ao camponês para continuar na terra. *“Esperamos que o PAA voltasse a dar esse apoio que foi fundamental para as famílias”* foi ele um elemento que serviu para colocar muitas famílias na produção de alimento, e se for como o início é um grande aliado para permanência das famílias no campo e na produção.

4.5 Qual o futuro do PAA?

O direcionamento e prosseguimento do PAA foram interrompidos em função da crise governamental ocorrida em 2013, sendo que os recursos necessários para a manutenção do programa não estava sendo repassados aos produtores. Igualmente, trabalha-se com a possibilidade de utilizar a mesma matriz produtiva para acessar o mercado institucional do PNAE.

Hoje, os projetos do PAA não estão ativos, mas se tem um incentivo para os produtores participar em feiras.

O PAA hoje é um programa que não está operando no município de São Gabriel em função da crise política do país, o governo não tem compromisso com esse programa, ele praticamente inviabilizou o PAA. Na prática a Conab não tem recursos próprios para dar continuidade no programa pelo fato de que o ministério que destinava renda para o programa (MDS) foi extinto.

Falar do Programa de Aquisição de Alimentos é falar de uma grande ferramenta de apoio à agricultura familiar, um grande suporte que os camponeses tiveram na fixação de famílias na terra e inserção na produção de alimentos, mas que não está operando nos dias atuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento da reforma agrária conquistada do Caiboaté em São Gabriel e seus desdobramentos ao longo da sua concepção e operacionalização. Notou-se a importância de diversos agentes e do cooperativismo neste processo, sendo a Coptec e a Cootap os principais agentes de organização deste importante programa junto aos agricultores familiares.

A Coptec foi a cooperativa que conduziu os trabalhos do PAA junto ao assentamento e executou a Ates, atuando na questão agrária e na operacionalização do programa através de serviços prestados, especialmente na identificação dos produtores com potencial produtivo. Esta cooperativa ofereceu auxílio técnico durante a produção e acompanhamento da comercialização e entrega para a Cootap, que fazia a coleta dos produtos. Observou-se ainda a importância da Ates para a viabilização do PAA, verificou-se que o programa de aquisição de alimentos é um programa pedagógico para a produção de alimentos porque ele assegura a compra dando prioridade para produtores da reforma agrária, indígenas e quilombolas.

Vimos com isso que para a operacionalização do PAA foi preciso um trabalho em conjunto com as entidades que formam o grupo gestor, de modo que cada uma dessas instituições se comprometeu com a execução e condução do programa, pois como comprovado pela pesquisa, o trabalho em torno do PAA foi e é um grande instrumento de fixação das famílias na terra e no fortalecimento da produção e consumo de alimentos.

Este programa demonstrou-se uma importante fonte de renda, mesmo que de forma complementar, promovendo segurança na hora da venda. Além disso, o PAA permite a iniciação e a experimentação da produção de alimentos, garantindo estabilidade de preço, potencializando aquelas famílias que têm vocação para produção de alimentos, preparando as famílias para acessar os mercados convencionais, bem como os mercados institucionais e os mais exigentes como no caso do PNAE.

Como legado o PAA deixou famílias estruturadas dentro de uma linha produtiva e fixou essas famílias no campo, proporcionou agregação de renda, organicidade política, ensinou o planejamento da produção, ou seja, o enfoque é produzir para subsistência, mas com a visão de comercializar o excedente, auxiliou as famílias a enxergar a diversidade nas formas de sobreviver na terra, ajudou a mudar a visão das famílias que são assentadas que a monocultura e grandes criações são para grandes propriedades e fez pequeno produtor entender seu papel de camponês.

O PAA incentiva a cultura de subsistência, pois a partir do momento que ele se dá conta do que pode produzir percebe que não precisa comprar muitas coisas, possibilita a qualificação técnica e aperfeiçoamento das famílias no sentido produtivo, melhora a autoestima das famílias e promove a fixação da terra.

Atualmente as famílias entendem a importância que o programa teve para elas, pois identificaram que o PAA teve papel importante na sua viabilização enquanto produtores de alimentos, e a partir disto se empoderaram na busca de novos mercados, ou seja, aprenderam a produzir em escala e a conhecer o mercado que poderiam se inserir. Isso é uma garantia de renda e fixação deles no lote.

Quando esteve em funcionamento, o PAA apresentou algumas dificuldades na organização e operacionalização, principalmente a partir de 2013 quando começou a diminuir os recursos, isso levou ao atraso de até seis meses no pagamento das famílias que comercializaram para o PAA, tinham também dificuldades com a burocracia na hora de submeter os projetos.

A cooperativa proponente do PAA, com poucos recursos tinha que se limitar a projetos pequenos, pois a quantidade de recursos era muito pequena para atender um número muito grande de famílias, esse fato causou muita frustração às pessoas que não puderam participar e foi um fator que limitou a participação de mais famílias acessando esse programa.

O PAA não está sendo operacionalizado no município de São Gabriel, deve-se ao fato da atual crise que enfrenta o país, o governo não teve compromisso com o programa por questões políticas, ou seja, ele praticamente inviabilizou o PAA. Na prática, a CONAB não teve recursos próprios para dar continuidade ao programa, podendo ser em função da extinção do ministério que destinava recursos para esse programa.

Outro fato observado foi que à união dos produtores a uma cooperativa, com a finalidade de acessar um programa institucional, também foi responsável por abrir caminhos para o acesso a mercados não institucionais, pois a Cootap foi um dos principais agentes que atuaram na viabilização do PAA, pois potencializou os produtores através de financiamentos e outros custeios importantes. Porém, esse não foi o objeto de estudo do presente trabalho, ficando a sugestão para os próximos trabalhos acadêmicos.

Com a extinção do MDS, fica a dúvida sobre o futuro desse programa, tendo em vista o cenário nebuloso que ronda a política nacional e com o número cada vez maior de escândalos envolvendo os governantes fica pergunta: qual o futuro do PAA e das políticas públicas de apoio as famílias camponesas e assentadas da reforma agrária?

Ao termino desse trabalho gostaria de deixar também uma afirmação: O Programa de Aquisição de Alimentos foi uma grande ferramenta de ensino e apoio aos produtores campesinos e assentados da reforma agrária, portanto, devemos lutar para que esse programa que foi fundamental para várias famílias não acabe!

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas socioeconômico. RS 2010. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/Assentamentos_rur_2010_RS.pdf. Acesso em: novembro de 2015.

BELIK, Walter. Perspectiva para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos — PAA. **Balanco de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010**. Grupo Gestor, relatório descritivo, dezembro de 2010.

CASPARY, E; **Produção de arroz orgânico garante alimentação saudável e aproxima famílias assentadas**. Governo do estado do Rio Grande Sul. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/202551/producao-de-arroz-organico-garante-alimentacao-saudavel-e-aproxima-familias-assentadas>. Acesso em: maio/2016.

CHELOTI, M.C; PESSÔA, V.L.S.: **A REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA: a (re) construção de espaços socioculturais 2005**. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm. acesso em: julho 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO — CONAB. Ações da Conab de 2003 a 2011. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO — CONAB. PAA - Evolução das operações. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. COOPERATIVA DE SERVIÇO TÉCNICOS: **COPEC**. Disponível em: <http://copec.org.br/>. Acesso em: outubro 2015.

DE SÁ, V. C; CHIES, J. J; DIESEL, v; RIGO, D. S. Dilemas da terceirização Um Olhar Sobre a Estrutura Organizacional da Ates. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 131-157.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. seção 1. N°151.:**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS RESOLUÇÃO N° 30, DE 7 DE AGOSTO DE 2008.

DOS SANTOS, V. F; DA SILVEIRA, P. R. C; HASS, J. M; VELA, H. A. G; DOSSANTOS, P. F. R; **Extensão rural: do conceito a pratica em assentamentos rurais na região das missões no sul do Brasil**. Universidade Federal de Santa Maria. Brasil. 2010.

DOS SANTOS, A. L. M; DE DAVID, C.:**Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento**

Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS. Revista NERA, Presidente Prudente ano 15, n° 20, pp175. Janeiro-junho./2012.

DOS SANTOS, A. L. M; DE DAVID, C. O **espaço rural na região da campanha gaúcha: territorialidades e desenvolvimento.** o caso do assentamento Conquista do Caiboaté, São Gabriel- rs. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 22 (2011), p. 57-81.

GRANDO, M. Z; FERREIRA , G. S.: o programa de aquisição de alimentos(PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. *In:Fundação de Economia e Estatística (FEE).* Porto Alegre, março de 2013. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>. acesso em: outubro de 2015.

GRISA, c; PORTO, S. I; Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. de (organizadores). **Política pública de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto alegre, RS. Editora UFRGS. 2015. P. 155-180.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.acesso em novembro de 2015.

HASS, J. M; **Do Campo Projetado ao Campo Vivido: as Trajetórias Sociais no Espaço Rural de Brasil e Espanha.** 2012. 241 f. Tese (Doutorado em extensão rural) – Universidade Federal de Santa Maria, centro de ciências rurais, programa de pós-graduação em extensão rural, RS, 2012.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto fome Zero:** uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. Política de Comercialização Agrícola no Brasil. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2010. p. 311-325.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Brasília, n. 20, 2012.

MARCONI, M. de A; LOKATOS, E. M; **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7° Edição. São Paulo, SP. Editora ATLAS S.A. – 2010

MARCONI, M. de A; LOKATOS, E. M; Metodologia Científica: **Ciência e conhecimento científico; método científico; teoria Hipóteses e Variáveis; Metodologia jurídica.** 6° Edição. São Paulo, SP. Editora ATLAS S.A. – 2011

MEDEIROS, L. S de; Luta por Reforma Agrária no Brasil Contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In:GRISA, C; SCHNEIDER, S. de (organizadores). **Política pública de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre, RS. Editora UFRGS. 2013. P. 339-359.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME :LEGISLAÇÕES E NORMATIVOS DOPAA, disponível em:<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/saiba-mais/legislacaonormativos>> Acesso em: out. 2015.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. Rumos da Ates no RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Organizadores.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 107-130.

O programa de aquisição de alimentos e sua relação com o Rio Grande do Sul:**secretaria do planejamento, gestão e participação cidadã. Fundação de economia e estatísticas FEE.**Porto Alegre - Março 2013.

PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.: ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Brasília 2013. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/CartilhaPAA10anos.pdf>. Acesso em: outubro 2015.

REIS, C. de S. **A função social da propriedade e o acesso à terra com dignidade da pessoa humana.**in: Âmbito jurídico, Rio Grande, XI, n. 53, maio de 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912>. Acesso em outubro 2015.

SANTALUCIA, M.; HEGEDUS, de P. **Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia Q: o caso de charqueadas.** In: Extensão rural, DEA/CPGEXR – CCR – UFSM, Ano XII JAN – DEZ de 2005. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed12.pdf>. Acesso em: MAIO 2016.

SCHIMITT, Claudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Rio de Janeiro AS-PTA, v. 5, n. 2, jun. 2008, p. 7-13.

TREVISAN, M. M.;ZARNOTT, A, V.; DALBIANCO,V. P.; NEUMAN, P. S.; FIALHO, M, A, V.**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO ESTADO RIO GRANDE DO SUL.**GT 10:políticas publicas e desenvolvimento rural;Campinas, SP: setembro de 2014.

VARGAS, D. L.; **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS:REVISTANERA – ANO 16, Nº. 22 – JANEIRO/JUNHO DE 2013 – ISSN: 1806-6755.**

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo:Atlas, 2000.

YIN, R.K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APENDICES

APÊNDICE A- FORMULÁRIO DE PESQUISA

Pesquisa de campo – Roteiro de entrevista destinado a COPTec

Qual a relação da Coptec com os Assentados?

Como se desenvolveu o PAA no assentamento Caiboaté?

Qual a relação e como a Coptec está envolvida com o PAA?

Quando a Coptec passou a se envolver no PAA?

Quais são os outros agentes (prefeitura, ONGs, escolas, CONAB) envolvidos no PAA?

O que a Coptec espera do PAA?

Existem novos direcionamentos ao programa? Quais são?

Quantas famílias estão envolvidas? Quem são?

Por que este número?

O que eles produzem?

O que eles comercializam? Para quem? De que forma?

Qual a importância do PAA na renda das famílias?

Quantos técnicos estão envolvidos no PAA no Caiboaté?

Qual a qualificação deles?

Quais são os problemas do PAA?

Quais são os benefícios do PAA?

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESUISA

Formulário de Pesquisa de campo - Roteiro de entrevistas destinado aos assentados do assentamento conquista do Caiboaté

O que sua família produz?

O que comercializa? Para quem? De que forma?

O que pensa sobre o PAA?

Qual a importância do PAA na renda da família?

Quem são os envolvidos?

Quais são os problemas do PAA?

Quais são os benefícios do PAA?